

2 PROJETOS DE PESQUISA

O desenvolvimento de uma pesquisa envolve, normalmente, pelo menos estas fases inter-relacionadas, cada uma com seus respectivos desdobramentos: o projeto de pesquisa; a coleta, a análise e a discussão dos dados (teóricos e/ou práticos) e a elaboração do relatório final escrito (em forma de monografia, artigo científico, relatório de pesquisa, ou outro). Assim, projeto é o documento que sistematiza um planejamento operacional de pesquisa; manifesta as pretensões, o roteiro, o “esquema” da pesquisa.

O projeto de pesquisa, em outras palavras, apresenta as informações necessárias ao desenvolvimento de um processo de investigação, num roteiro teoricamente fundamentado e metodologicamente apoiado em procedimentos científicos. Ele detalha como será executada a pesquisa, ou seja, descreve quais problemas/questões vai estudar, quais dados são relevantes e serão coletados e como serão analisados os resultados.

Gonçalves e Meirelles (2004) fazem uma analogia entre projeto de pesquisa e a construção de um prédio: imagine você construindo um prédio sem um projeto e havendo a necessidade de se reunir, a toda hora, com diversas pessoas de diferentes habilidades para explicar a cada uma delas as suas atividades na construção. Esse projeto de construção do prédio compreende um projeto arquitetônico, que se desdobra em projeto de fundações, projeto estrutural, projeto elétrico, hidráulico, projeto de paisagismo, dentre outros. Assim, essa situação e outras que se desejam investigar envolvem um rigoroso projeto antes de começar o trabalho de investigação em si.

Inclusive, em alguns cursos de pós-graduação (especialmente mestrado e doutorado), o desenvolvimento e a defesa do projeto de pesquisa são uma fase obrigatória do programa (leva o nome de ‘Qualificação’ – *Qualify*), com defesa diante de banca de avaliação e atribuição de notas ou conceitos aos projetos dos alunos pesquisadores; há outros casos em que o projeto de pesquisa (ou um pré-projeto, ou um plano de estudos) é pré-requisito para o ingresso no curso.

A importância do projeto de pesquisa reside especialmente na sua tarefa de traçar um caminho eficaz que leve ao fim pretendido pelo pesquisador, livrando-o do risco de se perder pelo caminho antes de ter alcançado o seu objetivo; contudo, ele não deve representar um engessamento para os pesquisadores, já que, durante o processo de investigação, há a possibilidade de descobrir novos elementos, novos aprendizados, ou impossibilidades até então desconhecidas no projeto.

A seguir, um roteiro de como pode ser elaborado um projeto de pesquisa, além de, mais ao final deste capítulo, haver indicações das normas legais para a pesquisa com seres humanos, as quais devem ser de conhecimento do pesquisador antes de fazer seu projeto.

2.1 Estrutura de projeto de pesquisa

Projetos de pesquisa a serem encaminhados a agências de fomento, públicas ou privadas (ex.: CNPq¹⁵, Capes¹⁶, Ministério de Ciência e Tecnologia, Fapergs¹⁷, Finep¹⁸ etc.), normalmente possuem roteiros de elaboração pré-estabelecidos por essas entidades, adaptados a suas necessidades de avaliação, que, na base, não se afastam dos modelos tradicionais.

Na Univates, os projetos de pesquisa a serem apresentados por **professores** para financiamento de pesquisas devem acompanhar as instruções dos Editais da Propex¹⁹, cujos elementos, na sua maioria, são comuns aos demais projetos e devem seguir, no que couberem, as orientações deste Manual.

Para os **trabalhos de cursos de graduação e pós-graduação** (trabalho de conclusão de curso, relatório de pesquisa, relatório de estágio, artigo científico, monografia, dissertação, tese) da Univates, apresenta-se um esboço de estrutura de Projeto de Pesquisa, exercitado em disciplinas específicas anteriores ao desenvolvimento da pesquisa/trabalho em si, sob coordenação de um professor ou orientador.

Esclarece-se que alguns dos elementos da estrutura apresentada a seguir, dependendo do tipo de projeto, das suas finalidades e do curso a que é destinado, podem sofrer mudanças nos seus itens e/ou na localização da sua sequência.

¹⁵ CNPq significa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e é órgão pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Página eletrônica: <www.cnpq.br>.

¹⁶ CAPES significa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e é órgão pertencente ao Ministério da Educação. Página eletrônica: <www.capes.gov.br>.

¹⁷ FAPERGS significa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e é agência de fomento ligada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Página eletrônica: <www.fapergs.rs.gov.br>

¹⁸ FINEP significa Financiadora de Estudos e Projetos, uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Página eletrônica: <www.finep.gov.br>.

¹⁹ PROPEX significa Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Univates. Página eletrônica: <www.univates.br>.

Elementos do projeto de pesquisa:

- a) **Dados de identificação na capa e folha de rosto;**
- b) **Sumário;**
- c) **Introdução:**
 - **Tema;**
 - **Problema;**
 - **Hipóteses;**
 - **Objetivos;**
 - **Justificativa;**
- d) **Estrutura provisória da futura pesquisa;**
- e) **Referencial teórico;**
- f) **Procedimentos metodológicos;**
- g) **Cronograma;**
- h) **Orçamento;**
- i) **Referências;**
- j) **Apêndices e anexos.**

O autor de um projeto de pesquisa, que depois vai culminar num artigo acadêmico e/ou científico, num relatório, numa monografia, ou em um outro trabalho acadêmico, deve lembrar que sua preocupação será a de escrever para os outros, ou seja, deve ter o cuidado de apresentar a descrição e a análise do tema escolhido dentro da maior clareza, equilíbrio e unidade possíveis, de modo a revelá-lo ao leitor dentro de um contexto social, histórico, jurídico, ou outro.

A seguir, apresenta-se uma breve explicação sobre cada um dos itens da estrutura de um projeto de pesquisa, lembrando novamente que, dependendo da área e do tipo de projeto, esses elementos podem assumir outra localização ou nomenclatura.

2.1.1 Dados de identificação na capa e folha de rosto

A apresentação do projeto de pesquisa é feita com a capa e a folha de rosto, nas quais consta a identificação, tanto da Instituição de Ensino quanto do autor e do trabalho; tem por objetivo esclarecer **quem** está na pesquisa. Ver exemplo e detalhes de como fazer a capa e a folha de rosto nos itens 4.1.1 e 4.1.3.

2.1.2 Sumário

Ele se constitui de uma enumeração da sequência dos itens que irão compor o projeto de pesquisa (introdução, tema, problema, hipótese, objetivos, justificativa,

revisão teórica com seções e subseções, metodologia, referências, anexos e outros), na mesma ordem, grafia e número da página em que aparece no texto. O sumário é uma espécie de “esqueleto” do trabalho.

Em alguns projetos de pesquisa, após o sumário, em folha separada, em vez de começar logo pelo tema e desmembramentos, tem sido solicitada uma **introdução** como a primeira seção do projeto, a qual deverá trazer o tema a ser investigado, sua delimitação, o problema de pesquisa, os objetivos do trabalho, as razões/justificativas/qualificação de sua realização etc. Em seguida, em outro item do projeto, vem a estrutura provisória do futuro trabalho, que é uma espécie de sumário da futura pesquisa; depois, o referencial teórico; em seguida, a metodologia, as referências do projeto, e assim por diante.

Em outros projetos de pesquisa, após o sumário, em folha separada, vem uma introdução como a primeira seção do projeto, dentro da qual se encontram o tema, o problema de pesquisa, os objetivos etc., tudo em texto corrido, sem estarem demarcados por subtítulos ‘tema’, ‘problema’ etc.

Você deverá seguir a instrução do professor/orientador/Curso quanto aos elementos do seu projeto de pesquisa.

2.1.3 Introdução

A introdução contemplará o tema, que deve ser o mais delimitado possível, seguido de uma problematização e eventualmente de hipóteses, além de objetivos e justificativa. Sugere-se que o pesquisador escreva algumas frases explicando, situando, introduzindo o assunto, para que, depois, o tema e o problema sejam mais objetivos. Ou, se preferir, pode deixar essa explicação para a delimitação do tema em si. A redação dos elementos componentes da introdução poderá ser em forma de itens, com tema, problema etc. destacados e separados visualmente um do outro, ou em forma de redação mais corrida, sem títulos em cada item. Ver no **Anexo A** exemplo de um projeto de monografia de curso de graduação, com os itens separados e destacados uns dos outros, que tornam o trabalho mais claro para quem terá a incumbência de lê-lo e analisá-lo.

Por exemplo, para um projeto sobre ‘**morte de jovens no trânsito**’, uma possível introdução poderia ser:

Nos últimos anos, tem havido expressivo número de mortes de jovens de até 29 anos no trânsito brasileiro. Segundo dados da Secretaria Estadual dos Transportes, só em 2009 foram 498 no Rio Grande do Sul, sendo que a região do Vale do Taquari/RS contribuiu com 56 mortes para essa estatística, o que tem gerado preocupação, principalmente das autoridades e dos pais desses jovens. Especialistas apontam algumas causas para as ocorrências dos acidentes, e uma delas seria o consumo de drogas por parte dos condutores.

a) **Tema:** é o objeto, o assunto, a área que se deseja investigar; ele torna preciso e claro o assunto sobre o qual se deseja realizar a pesquisa. O tema pode ser redigido numa só frase ou em várias, não importando que seja longo ou técnico, mas interessa que ele seja coerente com o que será o título exposto na capa e folha de rosto.

Um trabalho acadêmico do tipo de uma monografia, por exemplo, tem forte chance de dar certo se o tema escolhido estiver de acordo com as características intelectuais do estudante, sua atração pelo assunto, o interesse despertado tendo em vista sua posição ideológica, sua atitude diante das circunstâncias que o assunto revela, dentre outros aspectos. Conforme Nunes (2008, p. 16): “quanto mais ‘simpatia’ o tema despertar, quanto mais atração exercer, mais motivação você terá para desenvolver o trabalho”.

O mesmo autor destaca que todo trabalho monográfico, embora seja gratificante e uma experiência metodológica muito importante, é árduo, pois exige esforço e dedicação do estudante, que não deve confundi-lo com um simples trabalho regular de aula nem com uma produção de trabalho profissional utilizada em algumas áreas do mundo econômico.

A **delimitação do tema** é necessária quando o tema não for suficientemente claro, por exemplo, um que trate da ‘morte de jovens no trânsito’ é bastante vago e por isso precisa ser mais delimitado. Caso seja necessário restringir mais o tema, esta possibilidade consiste na formulação de uma ideia mais delimitada do tema escolhido pelo pesquisador, que vai restringir o campo de investigação sob um ponto de vista de **espaço, tempo, modo** ou outro aspecto relevante para o estudo. Veja esta delimitação:

A influência do consumo de drogas em mortes de jovens até 29 anos no trânsito no Vale do Taquari/RS em 2009.

Ou: se não foi feita nenhuma explanação na introdução, o tema deverá explicar, situar, introduzir melhor o assunto a ser tratado, como no exemplo a seguir:

Nos últimos anos, tem havido expressivo número de mortes de jovens de até 29 anos no trânsito brasileiro. Segundo dados da Secretaria Estadual dos Transportes, só em 2009 foram 498 no Rio Grande do Sul, sendo que a região do Vale do Taquari/RS contribuiu com 56 mortes para essa estatística, o que tem gerado preocupação, principalmente das autoridades e dos pais desses jovens. Especialistas apontam algumas causas para as ocorrências dos acidentes, e uma delas seria o consumo de drogas por parte de condutores.

b) **Problema:** o problema (também conhecido como ‘questão norteadora’, ‘problema de pesquisa’ etc.) é a expressão do tema que o investigador deseja estudar:

o quê? Normalmente, o problema é feito em forma de **pergunta**, a qual deve ser elaborada de tal forma que haja possibilidade de resposta por meio da pesquisa (VENTURA, 2002).

Um problema é de natureza científica quando envolve variáveis que podem ser tidas como testáveis, conforme Gil (2006, p. 24), que exemplifica: “Em que medida a escolaridade determina a preferência político-partidária?”. Para esse autor, é perfeitamente possível verificar a preferência político-partidária de determinado grupo, da mesma forma seu nível de escolaridade, para em seguida determinar em que medida essas variáveis estão relacionadas entre si. O estudioso também fornece algumas sugestões para a elaboração de problemas científicos, além de ser formulado como pergunta, como o de ser claro e preciso, ser empírico, ser suscetível de solução e ser restrito a uma dimensão viável, delimitada.

Eventualmente, podem existir subproblemas ou problemas secundários. Em geral, conforme Mezzaroba e Monteiro (2006), em qualquer pesquisa, o pesquisador se defronta com o estudo da(s) causa(s) e/ou do(s) efeito(s) do problema, e isso deve ficar claro: a pretensão é pesquisar causas **ou** efeitos, ou os dois?

Caso não tenha havido explanação alguma na introdução e o tema tenha sido escrito numa só frase breve, sem uma explicação que o situe melhor para a compreensão do leitor, como foi o exemplo anterior (**A influência de drogas em mortes de jovens no trânsito no Vale do Taquari/RS no ano de 2009**), sugere-se que na redação do problema apareçam algumas frases explicando/situando/delimitando melhor o assunto, para então desembocar na pergunta do problema:

Nos últimos anos, tem havido expressivo número de mortes de jovens de até 29 anos no trânsito brasileiro. Segundo dados da Secretaria Estadual dos Transportes, só em 2009 foram 498 no Rio Grande do Sul, sendo que a região do Vale do Taquari/RS contribuiu com 56 mortes para essa estatística, o que tem gerado preocupação, principalmente das autoridades e dos pais desses jovens. Especialistas apontam algumas causas para as ocorrências dos acidentes, e uma delas seria o consumo de drogas por parte de condutores. Assim, **qual a influência do consumo de drogas nas mortes de jovens no trânsito do Vale do Taquari/RS em 2009?**

Caso tenha havido clareza o suficiente na delimitação e exposição do tema, como, por exemplo, a explicação mais detalhada dada anteriormente (**Nos últimos anos... consumo de drogas por parte de condutores**), o problema pode ser redigido de modo mais direto e objetivo:

Qual a influência do consumo de drogas nas mortes de jovens no trânsito do Vale do Taquari/RS em 2009?

c) **Hipóteses**: as hipóteses são respostas prováveis, *a priori*, possíveis, supostas e provisórias do problema, e nem sempre são explícitas por escrito, ou seja, nem sempre aparecem nos projetos de pesquisa. Quando aparecem (e pode ser apenas uma hipótese, e não várias), elas servem de orientação para a pesquisa, e podem ser afirmativas ou negativas, pois se procura, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, elementos para confirmá-las ou refutá-las. Elas aparecem principalmente em pesquisas conclusivas e quantitativas, pelo fato de estas trabalharem com dados estatísticos.

Normalmente, as hipóteses são implícitas naqueles estudos em que o objetivo é descrever determinado fenômeno ou as características de um grupo. Nesses casos, elas envolvem uma única variável e o modo mais comum é indicá-las nos objetivos da pesquisa. Contudo, nas pesquisas que possuem como objetivo verificar relações de associação ou dependência entre variáveis, as hipóteses claras e precisas são fundamentais, conforme Gil (2006).

Esse mesmo estudioso destaca alguns aspectos a serem considerados na formulação de hipóteses: redigi-las na forma de sentenças declarativas, concisas e claras; serem específicas e com referências empíricas; que estabeleçam uma relação explicativa, de resposta para o problema; que estabeleçam uma relação quantitativa ou de associação/correlação entre duas ou mais variáveis, ou seja, devem estar relacionadas com as técnicas disponíveis e adequadas para a coleta dos dados exigidos para seu teste.

Evitar confundir a hipótese com o problema da pesquisa: “a hipótese sempre será resposta para o seu problema. Isto quer dizer que o problema sempre virá antes da hipótese” (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2006, p. 152). Assim, por exemplo, para um problema do tipo ‘Qual a influência do consumo de drogas nas mortes de jovens no trânsito, em 2009, no Vale do Taquari/RS?’, possíveis respostas/hipóteses poderiam ser estas:

- a) A influência do consumo de drogas é de cerca de 70% do índice de mortes de jovens no trânsito no Vale do Taquari.
- b) A bebida alcoólica é a droga que mais influencia no índice de mortes de jovens no trânsito no Vale do Taquari.

Vejam-se exemplos de hipótese relacionada ao problema:

Tema	Problema	Hipótese
Mortes no trânsito	Qual a influência do consumo de drogas nas mortes de jovens no trânsito do Vale do Taquari/RS em 2009?	A bebida alcoólica é a droga que mais influencia no índice de mortes de jovens no trânsito do Vale do Taquari.
Infecção hospitalar	Qual a relação entre tempo de permanência no hospital e infecção hospitalar em pacientes em estado grave?	Quanto maior o tempo de permanência no hospital, maior o risco de infecção em pacientes em estado grave.
Qualidade de vida do trabalhador	Que fatores influenciam a satisfação no trabalho dos profissionais da contabilidade?	A autonomia e a identificação com o trabalho influenciam positivamente a satisfação no trabalho de profissionais da contabilidade.
Segurança ambiental	Qual o grau de conhecimento de empresas comercializadoras de combustível sobre os Planos de Emergência (Lei nº. 9.966/2000) para evitar riscos ambientais?	O grau de conhecimento sobre os Planos de Emergência entre empresas comercializadoras de combustível é insatisfatório.

Quadro 1 – Exemplo de relação entre tema, problema e hipótese.

Fonte: Da autora, adaptado de Brevidelli e De Domenico (2006).

Quando a pesquisa envolver hipóteses, é importante deixar claras as relações previstas entre as **variáveis** (quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços etc., como, por exemplo: idade²⁰, sexo, estatura, profissão, religião, nível socioeconômico, estado civil, atividade de lazer, atividade profissional, condições de saúde, tipo de organização, porte da organização, índices de infecção hospitalar etc.), ou seja, “fatores teóricos e/ou práticos que podem vir a influenciar o objeto da investigação, ou ainda interagir com ele, alterando suas características e interferindo nos resultados obtidos” (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2006, p. 154).

Segundo Triviños (1987), em pesquisas quantitativas, as variáveis devem ser “medidas”, já nas pesquisas qualitativas, as variáveis são “descritas”, acrescentando que nas pesquisas experimentais geralmente se trabalha com **variáveis independentes, dependentes e intervenientes**.

As **variáveis independentes** são as explicativas, que atuam sobre as **variáveis dependentes**, as quais sofrem os efeitos das independentes, e Triviños (1987, p. 108) cita como exemplo: “Numa fábrica, uma variável independente pode ser a *fadiga* que origina ‘acidentes de trabalho’, variável dependente. O trabalho pode ser uma variável independente e a *fadiga*, produzida pelo trabalho, uma variável

²⁰ As variáveis são aspectos que variam, que mudam, que podem apresentar diferentes valores: a idade, por exemplo, é uma variável que pode ter diferentes valores: 18, 21, 40, 60 etc. anos.

dependente”, e a interpretação pode ser de diferentes modos, dependendo da função das variáveis, do problema a investigar e dos objetivos da pesquisa. O estudioso cita outro exemplo: ‘o rendimento escolar’ pode ser uma variável dependente; já as variáveis independentes que originam tal tipo de rendimento escolar poderiam ser: QI, nível socioeconômico, nível de escolaridade dos pais, profissão dos pais etc. Além disso, há casos, nos estudos experimentais, de **variáveis intervenientes**, que são aquelas que influem ou produzem alterações nas variáveis independentes e/ou dependentes.

d) **Objetivos**: eles esclarecem o que se deseja alcançar com a pesquisa: **para quê? para quem?** Em regra, são redigidos numa única frase, que começa com um **verbo no infinitivo** indicando uma ação (identificar, caracterizar, analisar, comparar, descrever, verificar, classificar, discriminar, formular, medir etc.). Dependendo do tipo de projeto, por exemplo, naqueles em que não há divisão em subtítulos dentro da introdução, os objetivos exercem função essencial.

O **objetivo geral** está relacionado com o conteúdo intrínseco do tema, com a indicação do resultado pretendido pela pesquisa; ele está ligado a uma visão global e abrangente do tema e define o que o pesquisador pretende alcançar com a execução da pesquisa. Já os **objetivos específicos** possuem caráter mais concreto, mais instrumental e específico mesmo, voltados ao atendimento de questões mais particulares da pesquisa, com as etapas, com as fases do desenvolvimento do trabalho, que levarão à concretização do objetivo geral, mantendo relação com a sequência do planejamento e metodologias adotadas.

A escolha do verbo é subjetiva, devendo o pesquisador optar por aquele que melhor expressar o que realmente ele quer como resultado do seu trabalho, e que possa ser viabilizado na pesquisa. Santos (apud LEOPARDI, 2002) destaca que os vários graus de complexidade de estágios ou estados cognitivos do cérebro humano possibilitam atividades ou ações intelectuais, expressas por verbos específicos, como estes:

a) **estágio de conhecimento inicial**: apontar, citar, classificar, conhecer, definir, identificar, reconhecer, relatar;

b) **estágio de compreensão**: compreender, concluir, deduzir, demonstrar, determinar, diferenciar, discutir, interpretar, localizar, reafirmar;

c) **estágio de aplicação**: aplicar, desenvolver, empregar, estruturar, operar, organizar, praticar, selecionar, traçar;

d) **estágio de análise**: analisar, comparar, criticar, debater, diferenciar, discriminar, examinar, investigar, provar;

e) **estágio de síntese**: sintetizar, compor, construir, documentar, especificar, esquematizar, formular, produzir, propor, sugerir, reunir;

f) **estágio de avaliação**: argumentar, avaliar, contrastar, decidir, escolher, estimar, julgar, medir, selecionar, verificar.

Dependendo do tipo de trabalho, uma sugestão é elaborar um objetivo específico para cada seção primária/capítulo da pesquisa.

Ex. de objetivo geral:

Analisar a influência do consumo de drogas em mortes de jovens no trânsito.

Ex. de objetivos específicos:

a) Identificar a quantidade e as causas de acidentes de trânsito no país, no Estado do Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari em 2009;

b) Comparar a influência de drogas em relação às outras motivações de acidentes de trânsito que envolveram jovens no Vale do Taquari em 2009;

c) Descrever os principais aspectos trazidos pela Lei 11.705/2008 (Lei Seca) que alteraram o Código de Trânsito Brasileiro;

d) Identificar se a proibição do consumo de álcool trazida pela Lei Seca é abusiva à liberdade individual expressa nos princípios constitucionais;

e) Investigar, com base em levantamento de dados, se o consumo de bebida alcoólica é o fator que mais influencia no índice de mortes de jovens até 29 anos no trânsito do Vale do Taquari em 2009;

f) Sugerir possíveis soluções para minimizar o número e a gravidade dos acidentes de trânsito com jovens.

A seguir, é possível visualizar a relação entre tema, problema, hipótese e objetivo geral:

Tema	Problema	Hipótese	Objetivo da pesquisa
Mortes no trânsito	Qual a influência do consumo de drogas nas mortes de jovens no trânsito no Vale do Taquari/RS em 2009?	A bebida alcoólica é a droga que mais influencia no índice de mortes de jovens no trânsito do Vale do Taquari.	Analisar a influência do consumo de drogas em mortes de jovens no trânsito.
Infecção hospitalar	Qual a relação entre tempo de permanência no hospital e infecção hospitalar em pacientes em estado grave?	Quanto maior o tempo de permanência no hospital, maior o risco de infecção em pacientes em estado grave.	Verificar se o tempo de permanência no hospital é fator de risco para infecção em pacientes em estado grave.

(Continua...)

(Continuação)

Tema	Problema	Hipótese	Objetivo da pesquisa
Qualidade de vida do trabalhador	Que fatores influenciam a satisfação no trabalho dos profissionais da contabilidade?	A autonomia e a identificação com o trabalho influenciam positivamente a satisfação no trabalho de profissionais da contabilidade.	Examinar se a autonomia e a identificação com o trabalho influenciam a satisfação no trabalho de profissionais da contabilidade.
Segurança ambiental	Qual o grau de conhecimento de empresas comercializadoras de combustível sobre os Planos de Emergência (Lei nº. 9.966/2000) para evitar riscos ambientais?	O grau de conhecimento sobre os Planos de Emergência entre empresas comercializadoras de combustível é insatisfatório.	Medir o grau de conhecimento sobre os Planos de Emergência entre empresas comercializadoras de combustível.

Quadro 2 – Exemplo de relação entre tema, problema, hipótese e objetivo geral.

Fonte: Da autora, adaptado de Brevidelli e De Domenico (2006).

e) **Justificativa**: consiste na exposição resumida das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante e válida a realização da pesquisa, ou seja, falar da importância geral e ir ao particular dando respostas à questão: **por quê?**

Uma das características da justificativa é o seu teor de **persuasão** para que a pesquisa seja concretizada. Em alguns projetos, inclusive, ela é chamada de ‘qualificação do problema de pesquisa’, com a finalidade de expressar as razões pelas quais esse problema está apto, está qualificado para ser pesquisado.

A justificativa, conforme Marconi e Lakatos (2002), pode também indicar:

- a) a curiosidade do pesquisador;
- b) uma experiência anterior própria ou de outra pessoa/instituição;
- c) possibilidades de sugerir mudanças no âmbito da realidade do tema proposto;
- d) contribuições teóricas e/ou práticas que a pesquisa poderá trazer na solução de problema da comunidade local ou regional em que está sendo realizada;
- e) descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares; ou, ainda,
- f) apresentar as dificuldades práticas de um problema da realidade, descrevendo-o sinteticamente e, em seguida, apontar para a necessidade de solucioná-lo, demonstrando a relevância do tema escolhido para o curso, para o próprio estudante, para a comunidade local, regional etc.

Destaca-se que não se justifica(m) a(s) hipótese(s) nem se procura concluir o que será pesquisado, mas, sim, se colocam as razões da importância, da oportunidade, da viabilidade de execução da proposta (viabilidades técnica, financeira, política etc.) e da validade do tema/problema a ser estudado.

2.1.4 Estrutura provisória da futura pesquisa

É a estrutura da primeira versão do sumário da pesquisa (em se tratando de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado etc.), com as seções/itens, subseções/subitens etc. Essa **estrutura provisória é facultativa** em muitos dos trabalhos e, em alguns deles, é possível que ela se torne inviável ou então bastante modificada, pelos rumos que a pesquisa poderá tomar; contudo, em aparecendo, possui enorme vantagem, pois poderá servir como guia, como “esqueleto”, como esquema para o estudante na elaboração da redação da sua pesquisa, pois este sumário reunirá uma síntese das principais partes que serão desenvolvidas, posteriormente, em cada seção do trabalho.

Exemplo de estrutura provisória de futura monografia colocada no projeto de monografia:

<p style="text-align: center;">A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS</p> <p>1 INTRODUÇÃO</p> <p>2 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS</p> <p>2.1 Definição</p> <p>2.2 Histórico dos direitos fundamentais no mundo e no Brasil</p> <p>2.3 As dimensões de direitos fundamentais</p> <p>3 O TRANSEXUALISMO COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO</p> <p>3.1 Conceito de personalidade</p> <p>3.2 Conceito de intersexualismo, hermafroditismo, homossexualismo e travestismo</p> <p>3.3 Transexualismo</p> <p>3.4 Cirurgia de transgenitalização</p> <p>4 A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL</p> <p>4.1 A cirurgia de transgenitalização como concretização dos direitos fundamentais</p> <p>4.2 O acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região</p> <p>4.3 A suspensão da tutela antecipada pelo Supremo Tribunal Federal</p> <p>5 CONCLUSÃO</p> <p>REFERÊNCIAS</p>
--

Figura 2 - Exemplo de estrutura provisória de futura monografia²¹

²¹ O exemplo da estrutura provisória foi retirado do projeto de Vanessa Bergesch, do Curso de Direito, elaborado na disciplina de Trabalho de Curso I – Projeto de Monografia, no semestre B/2007.

Recomenda-se, para monografias em geral e dissertações assemelhadas, que a estrutura do corpo central do trabalho (correspondente aqui ao que se conhece popularmente como **os capítulos do desenvolvimento**) tenha no mínimo três seções primárias (2, 3 e 4, conforme o exemplo anterior - FIGURA 2) e não mais do que quatro (seções 2, 3, 4 e 5 - FIGURA 3). Contudo, o pesquisador deverá se informar com o professor/orientador sobre regras específicas do seu curso/tipo de trabalho se há outras regras (FIGURA 4).

1 INTRODUÇÃO
2 REFERENCIAL TEÓRICO
2.1 Doença renal crônica
2.1.1 Sintomas e manifestações clínicas
2.2 Avaliação do estado nutricional
2.2.1 Métodos de avaliação
2.3 Avaliação da ingestão alimentar
3 PACIENTES E MÉTODOS
3.1 Pacientes
3.2 Métodos
3.2.1 Avaliação antropométrica
3.2.2 Marcadores bioquímicos
3.2.3 Ingestão alimentar
3.2.4 Análise estatística
4 RESULTADOS
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS
6 CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS

Figura 3 – Exemplo de configuração de um sumário, para futura monografia da área da saúde.

1 INTRODUÇÃO
2 REFERENCIAL TEÓRICO
3 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA
4 EXPERIMENTAÇÃO
5 CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS

Figura 4 – Exemplo de configuração de um sumário resumido, para futura monografia na área da informática.

2.1.5 Referencial teórico

É a parte do projeto que apresenta de forma breve a revisão das principais fontes/obras/referências (livros, revistas/periódicos especializados, dicionários, teses, dissertações, enciclopédias, anais de encontros científicos, documentos eletrônicos e outros trabalhos já desenvolvidos sobre o assunto) que tratam do tema da pesquisa, pois parte-se do pressuposto de que nenhuma investigação começa da estaca zero. Também é chamado de ‘revisão teórica’, ‘revisão de literatura’, ‘embasamento teórico’, ‘pressupostos teóricos’, ‘fundamentação teórica’, ‘estado da arte’, dentre outras denominações, dependendo do tipo de trabalho.

A finalidade do referencial teórico, dentre outras, é destacar e resumir as ideias já formuladas por outras pessoas, compará-las com alguns autores, descrever a evolução de conhecimentos sobre o tema, mostrar as contradições, tecer críticas e elogios, reafirmar comportamentos ou interpretações, salientar como a pesquisa a ser feita irá se diferenciar, assemelhar ou contribuir para o avanço do conhecimento. Em suma, é um texto, logicamente ordenado, que se parece com uma paráfrase ou resenha crítica do material consultado. Assim, por exemplo, para quem fez a estrutura provisória (sumário) da futura pesquisa, como visto nas Figuras 2, 3 e 4, poderá utilizar esse sumário como guia para ser ‘recheada’ resumidamente naquilo que for possível e necessário pelo referencial teórico e metodológico do projeto de pesquisa.

Conforme Gil (2006, p. 162), o referencial teórico, ou revisão teórica, deve esclarecer os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores: “essa revisão não pode ser constituída apenas por referências ou sínteses dos estudos feitos, mas por discussão crítica do ‘estado atual da questão’”. Em outras palavras, o referencial teórico ilumina o problema com a discussão de novos enfoques, dados, informações, esclarecendo melhor a matéria em exame, e, segundo Boaventura (2004, p. 63), “são os suportes teóricos que sustentam o problema”.

Nessa compilação organizada de dados de autores, é necessário ter coerência com as fontes pesquisadas: edições/autores atualizados ou edições/autores clássicos, ou seja, evitar misturas, a não ser que o objetivo seja uma retrospectiva histórica ou comparativa entre os autores.

Sugere-se, como Mezzaroba e Monteiro (2006), que o pesquisador, ao definir o tema, logo procure coletar dados e materiais bibliográficos sobre o assunto, uma vez que esse levantamento inicial das fontes de consulta, já na fase de elaboração do projeto, possibilitará mais clareza da viabilidade ou não da pesquisa e o primeiro contato com o pensamento de autores e escolas que já trataram o mesmo objeto.

Os bibliotecários da Univates podem orientar na pesquisa de materiais, tanto locais quanto de outras bibliotecas e sites de pesquisa de renome na internet.

Um referencial teórico “exige muita leitura, boa redação e, sobretudo, bom conhecimento na área específica do tema, além de competência para discutir e criticar” (VIEIRA; HOSSNE, 2001, p. 136). Esses mesmos autores salientam que existe, além da revisão teórica tradicional, uma técnica de revisão sistemática da literatura, chamada **metanálise**, que possui critérios rígidos de qualidade e envolve técnicas estatísticas avançadas para a inclusão e a exclusão de artigos científicos para publicação em periódicos, para garantir mais qualidade e confiabilidade do que é pesquisado e publicado. A metanálise é uma espécie de método de integração estatística dos resultados da pesquisa quantitativa.

Exemplo de metanálise:

Kleiber e Haper (1999) conduziram uma metanálise para analisar resultados de pesquisas sobre os efeitos da distração na dor e no sofrimento da criança durante um procedimento médico. Os pesquisadores integraram os resultados de 16 estudos sobre o comportamento de sofrimento das crianças e de 10 estudos sobre a dor das crianças. A evidência agregada indicou que a distração tem um efeito positivo sobre o comportamento de sofrimento das crianças, mas o efeito da distração sobre a dor é moderado por outros fatores (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004, p.138).

Há, ainda, dependendo do tipo de enfoque dado a trabalhos mais complexos (ex.: dissertações de mestrado, teses de doutorado etc.), a necessidade de discutir brevemente uma teoria de base ou marcos teóricos (que são os conteúdos teóricos de autores com obrigatoriedade de referência porque estão relacionados ao problema estudado e por constituírem material de alta importância), definir termos simbólicos, especificar conceitos operacionais e indicadores de conceito etc.

A complexidade, a amplitude e a importância da revisão teórica variam em função do tipo de trabalho feito, da mídia utilizada para a sua futura divulgação e do público a quem se dirige, conforme Gonçalves e Meirelles (2004).

O referencial teórico deve ser apresentada dentro das normas da ABNT, com subseções quantas forem necessárias, as quais vão envolver, na sua redação, também citações diretas e indiretas de autores. Ver para isso os Cap. 6 e 7 deste Manual. Ver exemplo de referencial teórico dentro de um projeto de pesquisa no Anexo A.

2.1.6 Procedimentos metodológicos

A metodologia indica os modos como você pretende trabalhar na investigação e exposição da pesquisa; ela responde às questões **como?, com o quê?, onde?, quanto?, quando?**.

Fazer pesquisa é o mesmo que investigar de forma sistemática um objeto. O interesse e a curiosidade levam a pessoa a investigar a realidade sob os mais variados aspectos e dimensões. Nesse sentido, conforme o objeto de estudo e os objetivos perseguidos, há inúmeros **procedimentos metodológicos** (caminhos,

métodos, normas, regras, padrões, modos, protocolos, materiais que serão adotados para alcançar determinado objetivo), ou seja, a melhor forma de investigar, de buscar soluções para os problemas está no estudo e na aplicação de modelos de pesquisas que já demonstraram consistência teórica e prática.

Portanto, na parte da metodologia do projeto de pesquisa, são descritos os procedimentos, os métodos, os caminhos a serem seguidos na realização do trabalho. Cada tipo de trabalho terá uma metodologia (ou metodologias) mais apropriada(s) do que outra(s).

Na parte metodológica do projeto, a redação do tempo verbal é feita no futuro do presente, pois a pesquisa ainda será realizada; contudo, ao fazer, por exemplo, o referencial teórico, você deverá empregar o tempo verbal de acordo com a localização temporal do fato descrito.

Assim, de forma geral, segundo Gil (2006), o projeto deverá apresentar informações sobre os seguintes aspectos, **os quais deverão ser selecionados conforme a necessidade ou tipo do trabalho:**

a) tipo de pesquisa:

– esclarecer, com base no modo de sua abordagem, se a pesquisa é de natureza qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa, como em 2.1.6.1;

– com base nos seus objetivos gerais, se é de natureza exploratória, descritiva ou explicativa, como em 2.1.6.2;

– que seja mencionado o tipo de delineamento a ser adotado, com base nos **procedimentos técnicos**: pesquisa bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de corte, estudo de caso, estudo de campo etc., inclusive no detalhamento dos instrumentais técnicos utilizados, conforme se observa nos itens 2.1.6.3 a 2.1.6.4.

b) população e amostra de estudo: envolvem informações sobre o universo que será investigado, a extensão da amostra e a maneira como será selecionada; em outras palavras: quem é a população de interesse para a pesquisa, em qual local se pretende abordar o estudo, como se pretende obter uma amostra.

A **população** deve ser entendida como a totalidade de elementos, sujeitos ou objetos que possuem informações relevantes para a compreensão do problema de pesquisa.

A **amostra** é apenas uma parte da população de estudo que deve procurar preencher duas exigências: a representatividade e a proporção. A amostra pode ser obtida de acordo com uma determinada técnica de amostragem, que pode ser probabilística ou não-probabilística. Amostragem probabilística é aquela em que cada unidade amostral na população tem uma probabilidade conhecida, e diferente de zero, de pertencer à amostra, ou seja, os elementos do universo da pesquisa possuem a mesma chance de serem escolhidos aleatoriamente, já que há uma probabilidade

igual para todos os elementos, e isso ocorre quando se utiliza o sorteio (ou outros mecanismos aleatórios) como forma de seleção dos elementos da amostra; do contrário, a amostragem é conhecida como não-probabilística, quando os elementos da amostra são compostos de forma intencional, acidental ou por quotas; elas não garantem certeza quanto à representatividade do universo (BARROS; LEHFELD, 2002). O uso de amostras obtidas de maneira probabilística permite que o pesquisador possa deduzir os resultados da amostra para a população da pesquisa (BREVIDELLI; DE DOMENICO, 2006).

A probabilidade se refere à possibilidade de uma determinada afirmação ser verdadeira, existindo relação direta com a amostra, ou seja, “a probabilidade expressa a frequência da ocorrência de um determinado fato em relação à frequência da não-ocorrência desse mesmo fato. A probabilidade, portanto, possui uma concepção essencialmente matemática” (BARROS; LEHFELD, 2002, p. 58):

Exemplo de probabilidade: em sendo atirada para cima uma moeda, existe chance igual de aparecer cara ou coroa.

Exemplo de amostra probabilística: amostra de dois casos de uma população de cinco casos: A, B, C, D, E; há dez possíveis pares de casos: AB, AC, AD, AE, BC, BD, BE, CD, CE, DE. Escreve-se cada combinação num papel, misturam-se esses papéis e procede-se ao sorteio: os dois casos sorteados constituirão a amostra.

c) coleta de dados: diz respeito à descrição das técnicas utilizadas para a coleta de dados; modelos de questionários, testes ou escalas deverão ser incluídos sempre que necessário; quando a pesquisa tiver técnica de entrevista ou de observação, também deverão ser incluídos os roteiros a serem seguidos, além de mencionar questões éticas e legais.

Em alguns projetos de pesquisa, é nesta parte que aparece o delineamento da pesquisa, ou seja, os procedimentos técnicos e metodológicos para a coleta dos dados, que você poderá consultar nos itens 2.1.6.3 e 2.1.6.4.

d) análise dos dados: objetiva resumir, classificar e codificar os dados obtidos e as informações coletadas, para buscar, por meio de raciocínios dedutivos, indutivos, comparativos ou outros, as respostas pretendidas para a pesquisa. Envolve a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para a análise quantitativa (por meio de procedimentos estatísticos) quanto qualitativa ou quali-quantitativa.

O êxito na análise dos dados, para Barros e Lehfeld (2002, p. 87), “dependerá, indiscutivelmente, do próprio pesquisador; do nível de seu conhecimento, da sua imaginação, de seu bom senso e de sua bagagem teórico-prática, capacidade de argumentação e de elaboração propriamente ditas”.

Especialmente nas pesquisas quantitativas, ainda há a **interpretação dos resultados**, que é o processo de dar sentido a esses dados e examinar as suas implicações em um contexto maior.

2.1.6.1 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem

Como há vários tipos de pesquisas, com peculiaridades próprias, serão resumidos apenas alguns desses tipos, mais comuns nos manuais de metodologia, usando-se especialmente Leopardi (2002), Gil (2006), Mezzaroba e Monteiro (2006), Brenner e Jesus (2007), Gonçalves e Meirelles (2004), Treviños (1987) e Malhotra (2006).

A pesquisa, quanto ao modo de ser abordada, é conhecida de três formas: qualitativa, quantitativa ou uma mistura das duas (quali-quantitativa ou quanti-qualitativa):

a) Pesquisa qualitativa: trata da investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade; não tem preocupação estatística (GONÇALVES; MEIRELLES, 2004).

Ela trabalha com o exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado e (re)interpretado de acordo com as hipóteses estabelecidas pelo pesquisador; “qualidade é uma propriedade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo com suas naturezas” (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2006, p. 110), em que a compreensão das informações é feita de modo mais geral e inter-relacionada com fatores diversos, dando preferência a contextos, fenômenos, tópicos, conceitos; também pode possuir, de forma secundária, conteúdo descritivo e utilizar dados quantitativos incorporados nas análises.

Malhotra (2006) explica que a pesquisa qualitativa tem como objetivo alcançar uma compreensão qualitativa das razões, das motivações do contexto do problema; normalmente é utilizada para número pequeno de casos não-representativos, ou seja, a amostra é em número reduzido, a coleta de dados é não-estruturada, a análise de dados é não-estatística e os resultados desenvolvem apenas uma compreensão inicial do problema estudado.

Já para Leopardi (2002, p. 117), esse tipo de pesquisa “é utilizado quando não se podem usar instrumentos de medida precisos, desejam-se dados subjetivos, ou se fazem estudos de um caso particular, de avaliação de programas ou propostas de programas”; ela auxilia na compreensão do contexto social do problema sob a perspectiva dos sujeitos investigados (por exemplo, parte da sua vida diária, sua satisfação, desapontamentos, surpresas, emoções, sentimentos, desejos) e sob a perspectiva do pesquisador.

Portanto, a pesquisa qualitativa não busca a generalização, ou seja, quando da análise dos dados coletados, ela terá por objetivo apenas “compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, em vez de produzir inferências que possam levar à constituição de leis gerais ou a extrapolações que permitam fazer previsões válidas sobre a realidade futura” (APPOLINÁRIO, 2006, p.159).

b) Pesquisa quantitativa: representa aquilo que pode ser medido, mensurado, contado; exige descrição rigorosa das informações obtidas, em que o pesquisador pretenderá obter o maior grau de correção possível em seus dados; é adequada quando se deseja conhecer a extensão (de modo estatístico) do objeto de estudo, do ponto de vista do público pesquisado. É utilizada nas situações que exigem um estudo exploratório para um conhecimento mais profundo do problema da pesquisa; quando se necessita de um diagnóstico inicial de uma situação e, principalmente, nos estudos experimentais e pesquisa de campo (LEOPARDI, 2002; MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2006).

Para Malhotra (2006), a pesquisa quantitativa tem como objetivo quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população-alvo; normalmente é usada para amostras com grande número de casos representativos; a coleta de dados é estruturada; a análise de dados é estatística e os resultados recomendam uma linha de ação final.

Neste tipo de pesquisa, é preciso apresentar os resultados investigados de forma ordenada e resumida, para auxiliar a comparação e a análise dos dados; esses dados geralmente são apresentados sob a forma de tabelas e de gráficos, em que o conhecimento de estatística é indispensável (BRENNER; JESUS, 2007), em que aparecem descrições numéricas com características básicas: tendência central (média, mediana, moda), dispersão (variância, desvio-padrão) e forma (dados simétricos, dados assimétricos), dentre outros aspectos, que você pode consultar em livros da área. A pesquisa quantitativa possui maior poder de generalização dos experimentos científicos do que a qualitativa.

c) Pesquisa quali-quantitativa: é importante destacar que uma pesquisa pode utilizar procedimentos quantitativos e qualitativos (pesquisa **quali-quantitativa** ou **quanti-qualitativa**). Assim, em algumas pesquisas, um delineamento integrado que puder combinar dados qualitativos e quantitativos numa mesma investigação pode ser positivo, uma vez que as duas abordagens possuem aspectos fortes e fracos que se complementam.

Alguns exemplos, segundo Polit, Beck e Hungler (2004), em que pode haver a integração das pesquisas quali-quantitativas:

a) Inclusão de dados quantitativos a um estudo de caso: o estudo de caso se propõe a investigar e a aprofundar um fenômeno/problema contemporâneo dentro do seu contexto, por meio de várias fontes de evidência: entrevistas, documentos, arquivos, observação etc. e é típico de pesquisa qualitativa, mas pode também ser contemplado com dados quantitativos, dependendo da forma estatística de apresentação e análise dos seus resultados;

b) Inclusão de abordagens qualitativas a um levantamento: depois de o pesquisador obter a resposta da amostra do levantamento, é possível coletar dados mais aprofundados com um subconjunto dos informantes iniciais. Caso essa coleta de dados puder ser feita depois da análise dos dados quantitativos, o pesquisador

poderá consultar os motivos para o resultado obtido; assim, esses informantes do segundo estágio poderão ser usados como respondentes para auxiliar o pesquisador a interpretar os resultados do levantamento;

c) **Inclusão de medidas quantitativas ao trabalho de campo:** neste tipo de pesquisa, os dados qualitativos são mais significativos; contudo, em algumas situações, o pesquisador de campo poderia fazer uma coleta mais estruturada de informações, tanto de uma amostra maior ou mais representativa quanto dos participantes do estudo, e, aproveitando a cooperação dos informantes, fazer um levantamento ou uma atividade de extração de registros. “Por exemplo, se o trabalho profundo de campo concentra-se na violência familiar, a política comunitária e os registros hospitalares podem ser usados para reunir os dados sistemáticos suscetíveis à análise estatística” (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004, p. 213).

2.1.6.2 Caracterização da pesquisa segundo o objetivo geral

A investigação do objeto, levando-se em conta o seu objetivo geral, dar-se-á por meio de pesquisa exploratória, descritiva ou causal:

a) **Pesquisa exploratória:** este tipo de pesquisa tem em vista favorecer a familiaridade, o aumento da experiência e uma melhor compreensão do problema a ser investigado; seu problema de pesquisa normalmente está voltado a ‘**o quê, qual, quais**’. Exemplo de problema de pesquisa com o quê: “O que pode ser feito para tornar as escolas mais eficazes?” (YIN, 2005, p. 24).

Em geral, conforme Gil (2006), Leopardi (2002) e Malhotra (2006), a pesquisa exploratória envolve revisão de literatura, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, testes padronizados, escalas ou emprego de questionários, análise de exemplos que auxiliem a compreensão de forma mais ampla etc.; a partir dos dados, cuja análise geralmente é qualitativa, é possível formular sugestões para a melhoria de práticas administrativas, educacionais, de saúde e outras. Seu planejamento é flexível e não-estruturado, a amostra selecionada é simples e não-representativa, os resultados não são considerados como definitivos e normalmente este tipo de pesquisa assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso.

b) **Pesquisa descritiva:** seu objetivo é descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. A utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática, são muito comuns, ou seja, ela geralmente assume a forma de levantamento de dados ou ainda a forma de pesquisa bibliográfica e documental. Para Yin (2005), a forma do problema de pesquisa envolverá normalmente questões do tipo ‘**quem, o quê, onde, quantos, quanto**’.

Segundo Gil (2006) e Malhotra (2006), este tipo de pesquisa se presta para estudar características de grupo: distribuição por idade, sexo, procedência, nível

de escolaridade, estado e saúde física e mental; levantamento de opiniões, atitudes, crenças de uma população; pesquisas eleitorais que indicam a relação entre a preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade; estudo do nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra; características ou funções de grupos de consumidores, vendedores ou áreas de mercado; estudos de mercado, que descrevem seu tamanho, o poder de compra dos consumidores, a disponibilidade de distribuidores e o perfil dos consumidores; estudos de propaganda, que descrevem hábitos de consumo de mídia e perfis da audiência de programas de televisão e revistas específicos etc.

Treviños (1987) refere que a maioria dos estudos realizados no campo da educação é de natureza descritiva, pois o foco reside na vontade de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, problemas, escolas, professores, educação, preparação para o trabalho, valores, problemas do analfabetismo, desnutrição, reformas curriculares, métodos de ensino, mercado ocupacional, problemas dos adolescentes, dentre outros. O especialista acrescenta que os estudos descritivos exigem do pesquisador várias informações, como, por exemplo, se ele deseja pesquisar sobre os interesses de formação e aperfeiçoamento dos professores de uma comunidade, deverá saber que existem regimes de trabalho, tipos diferentes de escolas, idades diferentes dos professores, sexo, estado civil, dentre outras informações.

O mesmo autor destaca que há estudos descritivos que se denominam ‘estudos de casos’, cujo objetivo é aprofundar a descrição de determinada realidade, mas cujos resultados são válidos apenas para o caso que se está estudando. Assim, por exemplo, o resultado conseguido no estudo sobre um hospital não pode ser generalizado para outros hospitais. Contudo, “aqui está o grande valor do estudo de caso: fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (TREVÍÑOS, 1987, p. 111).

c) Pesquisa causal, explicativa ou explanatória: possui como preocupação identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fatos e fenômenos; aprofundar o conhecimento da realidade; envolve investigação que procura criar teoria aceitável a respeito de um fato ou fenômeno; procurar determinar relações de causa e efeito, para Malhotra (2006), que refere como finalidades: compreender quais das variáveis são a causa (variáveis independentes) e quais são o efeito (variáveis dependentes) de um fenômeno; determinar a natureza da relação entre as variáveis causais e o efeito a ser previsto.

A maioria das pesquisas deste grupo, segundo Gil (2006), pode ser classificada como experimentais e *ex-post facto*; sendo o tipo mais complexo comparando-se com os outros, pois ao aprofundar o conhecimento da realidade, ao explicar como, por que as coisas são/acontecem de determinado modo, o risco de cometer erros torna-se maior.

2.1.6.3 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos

Para analisar os fatos do ponto de vista prático e/ou para confrontar a visão teórica dos materiais consultados com os dados da realidade, é importante adotar um modelo conceitual e operacional da pesquisa, ou seja, é necessário mencionar a forma a ser utilizada para percorrer o caminho da coleta de dados da pesquisa, e isso envolve um delineamento, o qual, de forma geral, mostra o desenvolvimento da pesquisa com base nos **procedimentos técnicos** (técnicas de pesquisa, instrumentais técnicos, estratégias de pesquisa, ou outras denominações) de coleta e análise de dados. Segundo Gil (2006), o procedimento adotado para a coleta de dados faz com que haja dois grandes grupos de delineamentos:

– aquele que se vale das fontes de ‘papel’, e aqui entram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental;

– aquele que se vale de dados fornecidos por pessoas, e aqui entra a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

a) Pesquisa bibliográfica: este tipo de pesquisa perpassa todos os momentos do trabalho acadêmico e é utilizado em todas as pesquisas. Ela é desenvolvida especialmente com base em compilação dos seguintes materiais:

– livros:

a) de obras literárias: romance, poesia, teatro etc.;

b) obras de divulgação diversas: que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos;

c) livros de referência: dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques, catálogos etc.;

– publicações periódicas: revistas e jornais. As revistas científicas, por meio de seus artigos científicos, representam atualmente uma das mais importantes fontes bibliográficas, dada a sua profundidade, rigor de análise e elaboração;

– anais de encontros científicos, relatórios de pesquisa, ensaios, resenhas, monografias, teses, dissertações, apostilas etc.;

– materiais encontrados em meios eletrônicos/digitais (bases de dados, sistemas de buscas e sítios diversos via internet, CD-ROM, blu-ray etc.). Contudo, a qualidade dos materiais/autores escolhidos é fundamental para um bom resultado: é recomendável buscar direto nas fontes dos grandes mestres no assunto que está sendo pesquisado, e não citar o autor famoso por meio de outros autores, além de lembrar que o que for alegado na pesquisa deve ser provado, e isso é feito por meio de fundamentação amparada em revisão de rigorosa literatura.

Para Gil (2006, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

b) Pesquisa documental: é parecida com a pesquisa bibliográfica; contudo, enquanto a bibliográfica se utiliza basicamente das contribuições impressas/publicadas de diversos autores/fontes sobre determinado tema, a documental se vale principalmente de fontes que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação específica, como as tabelas estatísticas de órgãos do governo; legislação; relatórios de empresas; documentos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, cartórios, hospitais, sindicatos; discursos; desenhos; memórias; depoimentos; diários; filmes; correspondência pessoal; inscrições em banheiros etc. Vantagens desse tipo de pesquisa: ela se constitui em fonte rica e estável de dados, tem baixo custo, não exige contato do pesquisador com os sujeitos da pesquisa.

c) Pesquisa experimental: consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo e definir as formas de manipulação, controle e observação dos efeitos que a variável produz no objeto (GIL, 2006). Neste tipo, que pode ser desenvolvida em laboratório ou em outros locais por um pesquisador que é agente ativo, segundo o mesmo autor, é preciso que o experimento apresente estas propriedades:

– **manipulação:** o pesquisador manipula variáveis (algo que pode mudar, de forma quanti ou qualitativamente. Ex.: variáveis de idade, sexo, peso, altura; habilidade, solidariedade, fadiga etc.);

– **controle:** o experimentador precisa criar controles e grupos de controle na situação experimental;

– **distribuição aleatória:** os sujeitos pesquisados são designados aleatoriamente aos grupos experimental e de controle.

d) Pesquisa *ex-post facto* (“a partir do fato passado”): neste tipo de pesquisa (também conhecida como ‘causal comparativa’ ou ‘correlacional’), o estudo é realizado depois da ocorrência dos fatos, quando o pesquisador observa um fenômeno já produzido (variável dependente) numa situação, e não em outra, e em seguida tenta encontrar as possíveis causas ou fatores que originaram esse fenômeno (variáveis independentes); após, estuda as semelhanças e diferenças existentes entre as duas situações e descreve os fatores que parecem explicar a presença do fenômeno numa situação e sua ausência na outra (LEOPARDI, 2002). Ex.: pesquisa caso-controle nas ciências da saúde.

e) Estudo de coorte: refere-se a um grupo de pessoas que possuem alguma característica comum, servindo de amostra a ser acompanhada por determinado período de tempo, a fim de que se observe e analise o que ocorre com elas. O estudo de coorte pode ser prospectivo (contemporâneo) ou retrospectivo (histórico). Bastante utilizado em pesquisas da área da saúde, pois pouco diferem dos estudos de caso-controle e experimentais (GIL, 2006).

f) Levantamento ou *survey*: a pesquisa desse tipo se constitui pela interrogação direta das pessoas, para que se conheçam informações sobre o assunto estudado para, depois, mediante análise quantitativa, se obterem as conclusões relacionadas

aos dados coletados (GIL, 2006). A forma do problema de pesquisa é apresentada normalmente desta forma: ‘**quem, o quê, onde, quantos, quanto?**’ e focaliza acontecimentos contemporâneos (YIN, 2005).

Chama-se **censo** quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, como os realizados pelos governos ou por instituições com grandes recursos (por exemplo, o censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE); contudo, é bastante comum fazer levantamento de parte da população a ser estudada, quando se seleciona, por meio de procedimentos estatísticos, uma amostra significativa do universo-objeto de investigação (**levantamentos por amostragem**). Os levantamentos são mais adequados para estudos descritivos do que explicativos; são apropriados para problemas como preferência eleitoral, comportamento do consumidor, estudo de opiniões e atitudes etc.

g) Pesquisa de campo: parecido com o levantamento, que tem maior alcance, mas o estudo de campo possui maior profundidade. A pesquisa de campo tende a estudar um único grupo ou comunidade social (comunidade geográfica, ou de trabalho, de estudo, de recuperação da saúde, de lazer ou de qualquer outra atividade humana), agregando outros procedimentos, como análise de documentos, filmagem, fotografias, além de utilizar técnicas de observação e de entrevistas com informantes para obter suas explicações e captar interpretações do que ocorre no grupo, a fim de ressaltar a interação entre seus componentes. A pesquisa de campo, portanto, é geralmente desenvolvida em cenários naturais, feita em campo, realizada com observação direta, levantamento ou estudo de caso. Apropriada para as áreas da sociologia, antropologia, educação, direito, saúde pública e administração (GIL, 2006; LEOPARDI, 2002).

h) Estudo de caso: procura estudar profunda e exaustivamente um ou poucos objetos, de modo que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Assim, um mesmo problema de pesquisa pode ser tratado por estudo de caso único ou estudo de casos múltiplos. O **estudo de caso único** apresenta um único caso para um problema de pesquisa e revisão teórica, sendo geralmente usado para analisar fenômenos de difícil ocorrência ou de difícil observação; já o **estudo de casos múltiplos** – cuja vantagem permite que os casos proporcionem evidências inseridas em diferentes contextos, tornando a pesquisa mais substancial e robusta – se baseia em replicações de um dado fenômeno, mas sem necessariamente existir lógica de amostragem como se utiliza normalmente em levantamentos ou surveys (YIN, 2005).

O caso deve realmente existir e ser delimitado no tempo, no espaço e no(s) aspecto(s) relevante(s) para a investigação (história, estruturação funcional, organizacional, orçamentária, ideologia etc.), ou seja, o objeto de estudo deve ser alguma coisa que realmente exista e possa ser experimentada pela percepção de realidade do pesquisador, mesmo que nomes fictícios precisem ser usados para preservar a integridade moral de pessoas físicas, jurídicas ou de instituições envolvidas. Além disso, é relevante que o estudo do caso procure deixar uma

contribuição para promover novas relações em função da problemática central, isto é, que forneça contribuição original à área de estudo do tema; portanto, deve evitar que seja uma simples descrição do objeto, fato, coisa ou fenômeno (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2006).

Yin (2005) destaca que a forma de problema da pesquisa do estudo de caso normalmente envolve ‘**como, por que**’ as coisas são/acontecem de determinado modo e costuma focalizar acontecimentos contemporâneos, além de incluir observação direta, entrevista sistemática, dentre outras estratégias de coleta de dados.

Exemplos de problemas de estudo de caso:

- Como são as fases de implantação de um programa de qualidade em uma empresa X para a obtenção da certificação ISO 9000?
- Por que a política de exportação da organização X não está sendo eficaz?
- Como se dá a eficácia da proteção a vítimas de violência doméstica psicológica pelo direito penal brasileiro e pelo direito inglês?
- Como é a estruturação do Movimento dos Pequenos Agricultores no Vale do Taquari/RS?
- Como é o perfil nutricional dos pacientes com diagnóstico de Síndrome Metabólica atendidos na Clínica Escola em 2009 para orientação alimentar?

O estudo de caso é exemplo típico de pesquisa qualitativa, podendo, também, dependendo da forma de apresentação dos resultados, aparecer em estudos quantitativos. Se for pesquisa quantitativa, deverá utilizar formulários e/ou questionários para a coleta de dados e necessita de conhecimentos estatísticos para sua operacionalização.

Mezzaroba e Monteiro (2006) salientam que há diferenças na utilização dos métodos dedutivo e indutivo ao estudo de caso:

a) no **estudo de caso dedutivo** (aquele que parte de argumentos gerais, como, por exemplo, de uma teoria de base, para conclusões particulares), usam-se as informações da revisão teórica, teoria de base ou conjunto categorial como orientadores da análise do caso estudado;

b) no **estudo de caso indutivo** (a partir da observação de um ou de alguns fenômenos particulares, uma proposição mais geral é estabelecida para ser aplicada a outros fenômenos), o pesquisador pode optar por descrever logo o caso em seus pormenores, para depois inferir, das soluções encontradas para o problema proposto, um indicativo do que poderia ser generalizado para solucionar outros casos semelhantes.

O estudo de caso tem sido bastante usado em trabalhos acadêmicos das ciências biomédicas (Nutrição, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Educação

Física etc.) e sociais (Administração, Contabilidade, Direito, Sistemas de Informação, Economia, Arquitetura e Urbanismo etc.); entretanto, como não há determinação de procedimentos metodológicos rígidos e como demanda muito tempo para ser realizado, Brenner e Jesus (2007) recomendam ao pesquisador que redobre os cuidados no seu planejamento e na execução, a fim de evitar falta de rigor metodológico e dispersão quanto ao tema proposto na pesquisa.

Além disso, é bom referir que uma das principais limitações do estudo de caso refere-se à não-possibilidade de generalizações de seus resultados, pois as conclusões de um estudo específico valem geralmente só para o objeto em particular.

Portanto, as etapas de um estudo de caso, com base em Gil (2006), podem ser resumidas desta forma:

- 1 – escolha do tema;
- 2 – formulação do problema e objetivos;
- 3 – definição da unidade-caso ou do número de casos;
- 4 – elaboração do protocolo com o instrumento de coleta de dados e o caminho a ser adotado para sua aplicação;
- 5 – coleta de dados;
- 6 – análise e interpretação dos dados;
- 7 – redação do relatório, da monografia, do artigo etc.

2.1.6.4 Detalhamento dos procedimentos técnicos

Os procedimentos técnicos ou instrumentais técnicos correspondem à parte prática da coleta de dados de uma pesquisa, ou seja, “são preceitos ou processos que o cientista deve utilizar para direcionar, de forma lógica e sistemática, o processo de coleta, análise e interpretação dos dados” (BEUREN, 2006, p. 128), e saber quais serão usados depende principalmente dos objetivos que o pesquisador deseja alcançar e do universo a ser pesquisado.

Há inúmeras formas de se obter dados para dar suporte a uma pesquisa. Alguns dos mais utilizados, segundo Marconi e Lakatos (2002), Beuren (2006), Freitas e Janissek (2000) e Malhotra (2006), são estes: documentação, observação, entrevista, questionário, formulário, *ckecklist*, medidas de opinião e de atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo, história de vida, pesquisa de mercado, dentre outros.

a) Documentação: conforme já visto na pesquisa documental, os documentos, escritos ou não, aceleram o processo de investigação, além de serem fundamentais em algumas pesquisas que exigem tais fontes. A coleta de dados em documentos pode ser dividida desta forma:

– **pesquisa documental ou de fontes primárias:** aquelas que ainda não receberam tratamento analítico, como documentos de arquivos públicos e privados; cartas; contratos; publicações parlamentares, jurídicas e administrativas; censos estatísticos; notas fiscais; documentos não escritos, como fotografias, objetos,

canções, vestuário, filmes, mapas, gráficos, desenhos etc.;

– **pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias:** utilizam basicamente contribuições já publicadas sobre o tema estudado: teses, dissertações, monografias, artigos científicos, anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas, boletins, jornais etc.

b) Observação: é um instrumento de coleta de dados que faz uso dos sentidos para obter determinados aspectos da realidade investigada; consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos que deseja investigar.

A observação pode ser:

– **sistemática** (estruturada, planejada, controlada por quadros, anotações, escalas, dispositivos mecânicos etc.) ou **assistemática** (espontânea, informal, sem meios técnicos especiais);

– **participante** (o pesquisador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga ou então se integra ao grupo para obter informações) ou **não-participante** (o pesquisador, ao entrar em contato com a comunidade ou grupo de investigados permanece fora dele);

– **individual ou em equipe;**

– na **vida real** (trabalho de campo, em que as informações são registradas à medida que vão ocorrendo) ou **em laboratório**.

c) Entrevistas: técnica de obtenção de informações instantâneas **realizada face a face ou por telefone**, em que o investigador formula perguntas para conseguir dados para seu problema. As entrevistas são conversações que servem de instrumento de coleta de dados principalmente do campo social, utilizada normalmente por profissionais como psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, operadores do direito, profissionais da saúde, pedagogos, jornalistas e outros. Nas entrevistas, o entrevistador redige as respostas literalmente, ou usa gravador para a transcrição posterior.

Conforme o propósito da pesquisa e do pesquisador, a entrevista pode ser:

– **padronizada ou estruturada:** o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, com perguntas predeterminadas em formulário próprio para esse fim. Para Marconi e Lakatos (2002), a padronização das perguntas tem como objetivo a obtenção de respostas às mesmas perguntas, de maneira a permitir comparações com o mesmo conjunto de perguntas feitas aos entrevistados, e que as diferenças deverão ser salientadas entre os respondentes, e não em relação às perguntas. Aqui, o entrevistador não tem liberdade para adaptar suas perguntas a determinada situação que considerar adequada, nem de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas fora do roteiro.

– **despadronizada ou não-estruturada:** as perguntas são abertas e podem ser respondidas em ambientes de conversação informal. Esse tipo de entrevista, segundo

Marconi e Lakatos (2002), apresenta três modalidades:

1) entrevista focalizada: há um roteiro de tópicos relacionados ao problema do estudo, sendo que o entrevistador possui liberdade de fazer as perguntas que quiser, sem obedecer a uma estrutura formal, o que requer maior habilidade por parte do perguntador;

2) entrevista clínica: serve para estudar os motivos, os sentimentos, a conduta das pessoas, podendo, para isso, ser organizada uma série de perguntas específicas;

3) não-dirigida: o entrevistado possui liberdade total para expressar sentimentos e opiniões; o papel do entrevistador é incentivar o entrevistado a falar sobre certo assunto, mas sem forçá-lo a responder.

– **semipadronizada** ou **semiestruturada:** são acrescentadas perguntas ao roteiro prévio na medida em que ocorrem novos aspectos na entrevista;

– **painel:** são feitas perguntas repetidas, de tempo em tempo, às mesmas pessoas, para analisar a evolução das respostas em períodos curtos; as perguntas, a cada vez, devem ser formuladas de maneira diferente uma da outra.

Sobre a condução da entrevista, Gil (2006) reforça que a estratégia de levantamento de dados deve contemplar duas etapas básicas:

1ª) **a especificação dos dados**, com o estabelecimento das relações possíveis entre as múltiplas variáveis que interferem no problema a ser pesquisado;

2ª) **a formulação das perguntas**, cuja escolha deve ser bem pensada pelo entrevistador:

– as questões da entrevista devem ser diretas (ex.: O uso de bebida alcoólica atrapalha os reflexos do motorista ao dirigir veículo?) ou indiretas (ex.: Seus amigos dirigem veículo após tomar bebida alcoólica?);

– as pessoas possuem conhecimento suficiente para responder às perguntas?;

– as palavras empregadas nas perguntas apresentam significação clara e precisa?;

– as perguntas estão ordenadas de modo que os pesquisados façam o menor esforço mental possível?;

– as perguntas sugerem respostas?;

– os aspectos a que se referem as perguntas são importantes?, dentre outros.

É importante considerar que **na entrevista o pesquisador formula as questões oralmente**, face a face, por telefone ou por outra comunicação instantânea, e, assim como pode auxiliar o entrevistado, pode também inibi-lo a ponto de prejudicar seus objetivos; por isso, o entrevistador deve ser uma pessoa habilidosa na condução da entrevista, estar bem informada acerca dos objetivos do trabalho e saber como formular as perguntas. Sugere-se que o pesquisador faça um contato inicial com o entrevistado, quando deverão ser explicadas principalmente a finalidade da pesquisa e a necessidade de colaboração, assegurando-lhe o sigilo das informações. O clima

de cordialidade deve ser mantido antes, durante e depois da entrevista.

Quando a entrevista for padronizada, as perguntas deverão ser feitas do modo como estão redigidas, e o entrevistador não deverá discutir as opiniões emitidas pelo pesquisado, devendo registrar exatamente o que foi dito, e verificar que a resposta seja completa e suficiente. Há casos em que ainda é conveniente o entrevistador registrar as reações do entrevistado às perguntas feitas, como, por exemplo, a expressão não-verbal (gestos, atitudes, inflexões de voz etc.), que poderão ser úteis na análise da qualidade das respostas.

Sugere-se que o pesquisador faça um pré-teste do instrumento em uma amostra pequena de informantes, para determinar se ele está formulado com clareza, sem parcialidade, se é útil para as informações desejadas para o estudo.

d) Questionário: consiste de uma série de perguntas a serem respondidas por escrito pelo informante, **sem a presença do pesquisador**; normalmente, envolve um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, para conhecer suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O questionário deve conter introdução que informe sobre a instituição/curso, as razões que determinaram a realização da pesquisa e a importância das respostas para atingir os objetivos do estudante. Também deve conter instruções acerca do correto preenchimento das questões, preferencialmente com letras e destaques diferenciados, e do prazo e modo para a devolução.

As perguntas do questionário devem ser o mais claras, concretas e precisas possível, ter linguagem acessível ao entendimento da média da população estudada, para facilitar a interpretação e evitar ambigüidades; procurar dividir o tema da pesquisa em partes e formular perguntas significativas para cada uma delas, de forma que o total não seja muito numeroso e que não ocupe mais do que 30 minutos do informante. Além disso, o questionário deve ser iniciado com as perguntas mais simples e gerais e finalizado com as mais complexas e específicas; a pergunta não deve sugerir respostas; devem ser evitadas, na medida do possível, perguntas personalizadas, diretas, que iniciam assim: “Na sua opinião, ...”, “O que você pensa a respeito...”, pois elas tendem a provocar respostas de fuga; evitar perguntas que penetrem na intimidade das pessoas etc.

As questões do questionário, para Marconi e Lakatos (2002), podem ser de várias formas:

– **abertas:** questões que permitem ao informante responder livremente, usando sua própria linguagem; também chamadas de perguntas livres ou não-limitadas. Esse tipo de questão possibilita investigações mais aprofundadas e precisas, mas dificulta ao próprio informante, que deverá redigir as respostas, além de também tornar mais difíceis e demorados o processo de tabulação, o tratamento estatístico e a interpretação por parte do pesquisador.

– **fechadas:** quando há um conjunto de alternativas de respostas objetivas e diretas para que seja escolhida a que melhor demonstra a situação ou ponto de vista do informante; também chamadas de perguntas limitadas ou de alternativas fixas, dicotômicas (duas alternativas: sim, não), tricotômicas (três alternativas: sim, não, não sei), de múltipla escolha (escolha entre várias alternativas de respostas oferecidas: aqui tem de ficar claro se é para escolher uma, duas ou mais respostas, ou se é por ordem de preferência etc.), ou outras.

Alguns exemplos de formulação de questões:

– **mistas:** as perguntas são fechadas, podendo haver alternativas de respostas livres por parte do informante. Quando se deseja apenas uma só resposta, isso deve ser destacado na questão. Ex.:

Questão dicotômica:

1. Você se acidentou alguma vez no trânsito?

- a) Sim ()
b) Não ()

Questão tricotômica:

2. A lei de trânsito deveria permitir ou proibir motoristas com até 0,6 grama de álcool no sangue de dirigirem?

- a) Deveria permitir ()
b) Deveria proibir ()
c) Não sei. ()

Questão de múltipla escolha:

3. Qual a principal causa de acidentes de trânsito no Vale do Taquari? (Assinalar só uma resposta)

- a) Excesso de velocidade dos motoristas. ()
b) Motoristas dirigirem bêbados ou drogados. ()
c) Estradas em más condições de conservação. ()
d) Má sinalização das estradas. ()
e) Ultrapassagens em locais proibidos. ()

Questão de múltipla escolha:

4. Quais as principais causas de acidentes de trânsito no Vale do Taquari? (Assinalar as 2 respostas mais importantes)

- a) Excesso de velocidade dos motoristas. ()
b) Motoristas dirigirem bêbados ou drogados. ()
c) Estradas em más condições de conservação. ()
d) Má sinalização das estradas. ()
e) Ultrapassagens em locais proibidos. ()

Questão de ordem de classificação:

5. Vários acidentes de trânsito têm acontecido no Vale do Taquari. Abaixo está uma lista de algumas possíveis providências que deveriam ser tomadas para diminuir esses acidentes. Indique a ordem de importância dessas providências para você, colocando 1 na mais importante, 2 na segunda mais importante, e assim por diante:

- a) Cuidado na velocidade por parte dos motoristas. ()
b) Motoristas dirigirem sóbrios e atentos ao trânsito. ()
c) Estradas em boas condições de conservação. ()
d) Boa sinalização das estradas. ()
e) Ultrapassagens em locais permitidos. ()

Algumas desvantagens: pequena porcentagem de questionários que voltam; grande número de perguntas sem respostas; não-aplicação a analfabetos, crianças muito pequenas, pessoas muito idosas, ou outras que possuem alguma dificuldade em especial; impossibilidade de auxiliar o informante em perguntas mal compreendidas; a leitura antecipada de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode levar a uma questão influenciar a outra; devolução tardia do questionário, que prejudica o cronograma da pesquisa; nem sempre o respondente é a pessoa destinatária real do questionário; exigência de um universo mais homogêneo.

Sugere-se que seja feito um **pré-teste** com o questionário, antes de ser aplicado, utilizando-se uma pequena amostra (preferentemente sem componentes da amostra-alvo da pesquisa), a fim de verificar possíveis falhas e poder aperfeiçoar tudo o que for necessário.

e) Formulário: instrumento para coleta de dados, composto de roteiro de questões que são perguntadas e anotadas pelo entrevistador, face a face com o respondente, no momento da entrevista.

O formulário, conforme Marconi e Lakatos (2002), apresenta vantagens e desvantagens:

Algumas vantagens: o formulário pode ser utilizado em amplos segmentos da população, inclusive com analfabetos, porque seu preenchimento é feito pelo próprio entrevistador; permite estabelecer ambiente de cooperação e interação, pelo contato pessoal entre entrevistador e informante; flexibilidade de adaptação às necessidades de cada situação, pois o entrevistador poderá reformular itens do formulário para a compreensão de cada informante; obtenção de dados mais complexos e úteis; como é preenchido pelo próprio entrevistador, permite uniformidade dos símbolos usados nas respostas.

Algumas desvantagens: menos liberdade nas respostas, pela presença do entrevistador; risco de distorções nas respostas pela influência do perguntador; menos prazo para responder às perguntas, com menos tempo para o informante pensar sobre a questão, podendo sua resposta ser invalidada; mais demorado, pois é aplicado a uma pessoa por vez; por falta de anonimato, pode gerar insegurança das respostas; dificuldade de acesso a informantes necessários, pela distância, o que pode tornar a resposta difícil, demorada e mais dispendiosa.

f) Medidas de opinião e de atitudes: técnica de padronização que auxilia na equivalência de diferentes opiniões e atitudes, com o objetivo de compará-las. Há vários tipos de escalas para essa mediação, as quais podem transformar uma série de fatos qualitativos em quantitativos ou variáveis, com a aplicação de processos de mensuração e de análise estatística.

g) Pesquisa de mercado: obtenção de dados sobre o mercado, de modo organizado e sistematizado, que busca auxiliar no processo decisório nas empresas, a fim de diminuir a margem de erro. Em geral, é feito o levantamento de dados por amostragem, sendo o universo formado pelos consumidores, fornecedores,

acionistas, funcionários etc. Há diversos tipos de pesquisa nessa área: a) para identificar problemas: pesquisa de potencial de mercado, de participação de mercado, de imagem, de características de mercado, de análise de vendas, de previsão, de tendências de negócios etc.; b) pesquisa para solução de problemas: pesquisa de segmentação, de produto, de preço, de promoção, de distribuição (MALHOTRA, 2006). Para a coleta de dados dessas pesquisas, são utilizados vários instrumentos, como, por exemplo, grupos de foco, entrevistas em profundidade, técnicas projetivas, técnicas de associação, técnicas de respostas a imagens, questionários etc.

h) História de vida: procura obter informações e reações espontâneas relativas à experiência íntima, particular, pessoal de alguém que tenha significado relevante para o conhecimento da pesquisa; são narrativas autorreveladoras sobre as experiências da vida do informante, em que o pesquisador solicita que o respondente descreva em seqüência cronológica suas experiências referentes a um tema específico.

i) Testes: técnicas utilizadas com o objetivo de obter dados que permitam medir o rendimento, a freqüência, a capacidade ou a conduta de pessoas, de forma quantitativa. Há diversos tipos de testes, dependendo dos objetivos da investigação: testes projetivos, psicológicos, de aptidão, medidas de personalidade etc.

j) Análise de conteúdo: permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação; instrumento voltado ao estudo de ideias, e não de comportamentos ou de objetos físicos. Ela permite descrever o conteúdo de livros, artigos de revistas, jornais, discursos, filmes, propagandas, entrevistas, programas de rádio e tevê, textos em geral etc., em que o conteúdo das comunicações é estudado por meio de categorias sistemáticas, determinadas com antecedência, que levam a resultados quantitativos. Para Freitas e Janissek (2000), é uma técnica de pesquisa para tornar replicáveis e validar inferências de dados de um texto ou conjunto de textos, e isso envolve procedimentos especializados para processamento de dados; é um método de observação indireto, pois é a expressão verbal ou escrita do informante que será observada. Há programas de computador que podem auxiliar nesta tarefa de seleção e contagem das ideias, além de oferecerem ferramentas para a análise dos dados. Um deles é o *Sphinx*, e a Univates possui um laboratório com licenças acadêmicas à disposição com esse suporte.

l) Análise léxica: estudo do vocabulário, do léxico, com aplicação de métodos estatísticos para a descrição desse vocabulário, permitindo, por exemplo, identificar com mais clareza as citações, as palavras, as expressões dos participantes. Essa análise começa pela contagem das palavras dos participantes; nos casos de respostas abertas, é possível fazer aproximações ou agrupamentos de palavras afins, até chegar num conjunto de palavras que representem as principais descrições citadas nos textos pesquisados, segundo Freitas e Janissek (2000). Da mesma forma que a análise de conteúdo, aqui também há *softwares* de computador que podem auxiliar nessa tarefa de contagem e agrupamento, além de oferecerem ferramentas para a análise dos dados.

m) **Sociometria**: técnica quantitativa que procura explicar as relações pessoais entre indivíduos de um grupo; pretende investigar a estrutura interna de grupos, indicando a posição de cada indivíduo em relação aos demais, inclusive permitindo analisar os grupos, identificar os líderes, os subgrupos, os desajustados, os preferidos, os indiferentes etc. Os resultados das respostas são representados graficamente por um diagrama conhecido como sociograma.

n) **Checklist**: técnica que serve para verificar se a população (universo) pesquisada dispõe de elementos necessários para aplicação de uma determinada proposta teórica. O pesquisador elabora uma lista de itens e, por meio de uma entrevista ou visita à amostra selecionada para a pesquisa, checa os elementos necessários para a aplicação de seu estudo; assim, “de posse dessa lista de características, analisa-se a viabilidade de operacionalizar o estudo, tanto em termos de recursos estruturais, como financeiros, humanos e tecnológicos” (BEUREN, 2006, p. 134).

2.1.6.5 Métodos de pesquisa

Alguns projetos de pesquisa trazem, também na parte dos procedimentos metodológicos, a explicação sobre o caminho que será adotado para alcançar determinado objetivo, que servirá de referencial de análise das ideias, informações ou resultados, em forma de métodos.

Você deverá analisar (ou conversar com seu professor/orientador) se essa classificação deve ou não aparecer no seu trabalho acadêmico.

Como há uma diversidade de métodos, os quais sempre dependerão do tipo de objeto que se irá investigar, dos argumentos que fundamentam a pesquisa, destacam-se, com base em Mezzaroba e Monteiro (2006) e em Gonçalves e Meirelles (2004), alguns deles:

a) **método dedutivo**: aquele que parte de argumentos gerais, como, por exemplo, de uma teoria de base, para chegar a argumentos/conclusões particulares; ele usa princípios, pressupostos reconhecidos como verdadeiros e, por meio de operações lógicas de derivação, chega a determinadas conclusões. Autores clássicos que tratam a respeito desse método: Descartes, Spinoza, Leibniz, Russel;

b) **indutivo**: a partir da observação de um ou de alguns fenômenos particulares, uma proposição mais geral é estabelecida, para ser aplicada a outros fenômenos; a partir da observação de fatos e casos concretos, é buscada uma generalização; é possível usar amostragens para tentar inferir parâmetros e generalizações para uma população. Autores clássicos que tratam a respeito desse método: Bacon, Hume, Hobbes, Locke;

c) **hipotético-dedutivo**: o pesquisador elege o conjunto de proposições hipotéticas que acredita serem viáveis como estratégia de abordagem para se aproximar de seu objeto. No decorrer da pesquisa, essas hipóteses podem vir a ser

comprovadas ou não mediante a experimentação, ou dito de outra forma: com base em um problema, são elaboradas hipóteses (conjecturas de solução a priori, proposições possíveis) e, a partir de princípios estabelecidos, são deduzidas conseqüências que são testadas por meio de derivações (ou silogismos) ou tentativa de se chegar a um falseamento, contradições que rejeitam ou corroboram a(s) hipótese(s) formulada(s). Método definido por Popper, para quem a corroboração é sempre provisória;

d) hipotético-indutivo: com base em dados de um experimento, busca-se confirmar ou refutar as hipóteses que são testadas por meio de uma experimentação (tentativa de falseamento), a qual, por fim, rejeita ou corrobora a(s) hipótese(s). Pode-se usar em teoremas em que se comprova que casos são válidos para situações 1, 2, 3 e k e, a seguir, generaliza-se para n;

e) dialético: processo de pensar de modo idealista o objeto, conforme Hegel, ou uma forma de analisar o objeto sob o aspecto material transformado e transportado para a mente (também chamado de materialismo histórico), segundo Marx e Engels; método de interpretação da realidade que se fundamenta no princípio de que todos os objetos e os fenômenos apresentam aspectos contraditórios organicamente unidos e indissolúveis; é antipositivista e exploratório; usa contraposição de ideias, estruturação recursiva, fractal, maniqueísmo e maiêutica das proposições;

f) fenomenológico: prega o contato direto do observador com o acontecimento, o fato, o dado, o fenômeno em si; o objetivo é descrever de forma direta a experiência tal como ela é, nos vários ângulos de visão e detalhes dos objetos, suas relações, sem considerações sobre sua origem ou causalidade; interessa apenas a realidade a partir da experiência de interpretação, compreensão, comunicação. Teve origem nos estudos do matemático e filósofo Husserl.

2.1.6.6 Uso da internet para coleta de dados

É bom reforçar que a web é importante fonte de dados externos *online* para o pesquisador, com os sites de busca como Google (<www.google.com>), Yahoo! (<www.yahoo.com>) e outros, que exigem apenas algumas palavras-chave para acesso a inúmeros *Uniform Resource Locators* (URL), ou seja, endereços eletrônicos sobre determinados assuntos. Sobre dados internos, há as *intranets*, utilizadas por muitas organizações e órgãos, que permitem a obtenção, mediante cadastro com senhas ou outro tipo de permissão eletrônica, de informações restritas sobre assuntos que podem interessar ao pesquisador.

Conforme Malhotra (2006), na fase exploratória de uma pesquisa, é possível usar a internet de várias formas, como, por exemplo, em fóruns, salas de bate-papo ou grupos de notícias, para discutir de modo genérico um assunto com qualquer pessoa que visitar esse local virtual. Esses grupos de notícias ou mesmo as salas de bate-papo podem ser utilizadas para formar grupos de foco mais específicos com especialistas ou pessoas que representam o público-alvo da pesquisa, para se obter informações iniciais sobre o assunto. Além disso, os servidores de listas também

podem ser usados para obter informações iniciais para a pesquisa, pois permitem discussões interativas para grupos de interesses específicos, grupos de usuários, fóruns de atendimento a clientes etc., através de e-mail, em que as mensagens enviadas ao servidor de listas são passadas a todos os assinantes do servidor, aos quais se podem fazer perguntas genéricas ou específicas.

Há também outras formas de obtenção de dados *online* para pesquisas: os sites das próprias organizações, das empresas; o próprio Governo, tanto nas esferas federal, como estadual e municipal, cujos sites podem ser acessados e obtidas informações, dados governamentais, estatísticas, legislação etc.; bancos de dados computadorizados; fontes de dados mediante assinatura etc.

Acrescentam-se os portais de acesso *online* de periódicos (revistas e jornais científicos), que muito podem contribuir com dados de inúmeras áreas. A seguir, alguns deles, cujo acesso também é possível por meio da Biblioteca da Univates:

a) **Portal acesso livre CAPES:** a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) disponibiliza periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na internet selecionados pelo nível acadêmico, mantidos por importantes instituições científicas e profissionais e por organismos governamentais e internacionais: <<http://acessolivre.capes.gov.br/>>.

b) **Academic Search Elite:** oferece texto completo de cerca de 2.000 revistas, incluindo mais de 1.500 títulos analisados por especialistas. Essa base de dados multidisciplinar abrange praticamente todas as áreas do estudo acadêmico. Mais de 100 revistas especializadas têm imagens em PDF que remontam a 1985. Essa base é atualizada diariamente através do *EBSCOhost*.

c) **Business Source Elite:** esta base de dados de negócios fornece o texto completo de aproximadamente 1.100 publicações de negócios, incluindo o texto completo de cerca de 500 publicações de negócios analisadas por especialistas. A variada coleção de títulos contida no *Business Source Elite* fornece informações que remontam a 1985. Essa base de dados é atualizada diariamente através do *EBSCOhost*.

Essas últimas duas bases de dados podem ser acessadas mediante código de usuário do acadêmico na Univates e senha da biblioteca: <www.univates.br/biblioteca>;

d) **BDTD:** esta Biblioteca Digital de Teses e Dissertações busca integrar os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, bem como estimular o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico: <<http://btdt.ibict.br/>>;

e) **SciELO:** a *Scientific Electronic Library Online* é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar

amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos. O acesso aos títulos dos periódicos e aos artigos pode ser feito através de índices e de formulários de busca. Acesso pelo link: <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_home/lng_pt/nrm_iso> ;

f) **PEPsic**: o site Periódicos Eletrônicos em Psicologia reúne uma coleção de revistas científicas em Psicologia e áreas afins. É fruto da parceria entre a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi) e a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia – ABECiP. Tem como meta ampliar o acesso à produção científica em Psicologia e áreas afins através da publicação de periódicos em formato eletrônico e sua disponibilização gratuita na internet. Para a estruturação desta coleção, o PEPsic conta com a parceria do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME , que cedeu a metodologia - *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) - modelo de publicação eletrônica de periódicos para países em desenvolvimento. Acesso pode ser feito pelo link: <<http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php>>;

g) **BDR**: o Banco de Dados Regional (BDR) da Univates mantém uma base de dados e informações socioeconômicas dos municípios pertencentes ao Vale do Taquari/RS nas seguintes áreas: agricultura, comunicação, cultura e lazer, demografia, economia, educação, infra-estrutura, política, saúde e segurança pública. Ela pode ser acessada por qualquer interessado através do link <<http://www.univates.br/bdr>>, clicando em Base de Dados Gnu-Data.

ATENÇÃO: a NBR 6023 recomenda não referenciar material eletrônico de curta duração nas redes de computadores. É do conhecimento público que se podem conseguir preciosas informações, dados estatísticos, notícias atuais, resultados de outras pesquisas etc., nas páginas e links da internet, que enriquecem a atividade de pesquisa e levantamento de dados. Contudo, é importante que você fique alerta sobre o fato de que nada pode assegurar a veracidade das informações colhidas *online*, a não ser a seriedade vinculada a instituições ou órgãos das quais provêm as informações lançadas na internet. Por isso, é preciso pesquisar com cautela e não se basear na internet como fonte única.

2.1.7 Cronograma

Indica a previsão do tempo necessário para passar de uma fase à outra: quando? O planejamento da pesquisa deve indicar a previsão do seu início e do fim. O cronograma deverá prever o tempo necessário para cada etapa da pesquisa: para coletar o material, para ler, para entrevistar, para redigir cada parte da estrutura final do trabalho, para fazer a revisão linguística, para formatação gráfica e estética do trabalho etc.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA MONOGRAFIA (A/2010)					
Metas	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.
Coleta de material bibliográfico, leitura e fichamento	x	x	x	x	
Redação do 1º capítulo	x	x			
Coleta de dados		x			
Redação do 2º capítulo		x	x		
Redação do 3º capítulo			x	x	
Redação da introdução e da conclusão				x	
Revisão da redação final e das normas técnicas				x	x
Entrega e defesa da monografia					x
Entrega da versão definitiva					x

Quadro 3 – Exemplo de cronograma de monografia a ser executado no primeiro semestre do ano.

2.1.8 Orçamento

O orçamento é um item que responde à questão **com quanto?** e geralmente não aparece nos trabalhos acadêmicos em geral, como projetos de monografias e outros, mas é **exigido obrigatoriamente em projetos com pedido de recursos ou bolsa de financiamento da pesquisa** (ex.: projetos que concorrem aos Editais da Propex, da Univates), ou para justificar o seu recebimento de órgãos de fomento. Também em projetos a serem encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa, o orçamento e quem vai arcar com as despesas são itens obrigatórios.

Quando ele precisar aparecer no projeto, inclui normalmente três grandes categorias:

- a) os recursos humanos, inclusive os encargos sociais;
- b) os recursos materiais;
- c) os equipamentos a serem utilizados na pesquisa.

A previsão de gastos, para Brenner e Jesus (2007), é fundamental em projetos que dependem de recursos/bolsas, e de sua correção dependerá, muitas vezes, a possibilidade de conclusão do trabalho, já que os órgãos de financiamento, quando aprovam o projeto, disponibilizam somente o valor (ou parte do valor) previsto no orçamento. O orçamento deverá se situar antes das referências, ou como indicar o roteiro da agência de fomento.

2.1.9 Referências

Também chamadas de ‘referências provisórias’, ‘referências preliminares’ ou ‘referências principais’, inclui a lista de referências do projeto, abrangendo as obras/autores e/ou fontes efetivamente utilizadas e referenciadas na elaboração da revisão teórica e metodológica do projeto. **As referências devem ser apresentadas em ordem alfabética e alinhadas apenas à margem esquerda**, segundo as regras da

ABNT, conforme expostas com mais detalhes no Cap. 8 deste Manual, ou conforme orientação da agência de financiamento da pesquisa.

É possível indicar também, em separado, dependendo da necessidade, a lista de referências (bibliográficas, documentais, videodocumentais etc.) de cuja existência e pertinência já se tenha conhecimento e que serão utilizadas na pesquisa.

Se forem necessários, por último, é possível pensar ao projeto de pesquisa os documentos (questionários, roteiros de entrevistas, formulários etc. elaborados pelo próprio pesquisador – **apêndices**) a serem utilizados na realização do trabalho e os documentos de apoio, de comprovação (decisões jurisprudenciais, legislação, ilustrações etc. – **anexos**) necessários para a comprovação ou reforço de argumentação.

2.2 Normas legais para a pesquisa em seres humanos e animais

No Brasil, todo projeto de pesquisa em seres humanos deve respeitar a Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, formando o **protocolo de pesquisa**. Isso significa que a pessoa que for se submeter à pesquisa deverá assinar um **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (TCLE), cujo modelo deverá estar anexado ao protocolo de pesquisa, devendo ser submetido à apreciação de um **Comitê de Ética em Pesquisa**, colegiados que têm, nas instituições, o múnus público e independente de garantir o respeito à autonomia de decisão dos sujeitos participantes da pesquisa e a defesa da sua vulnerabilidade contra riscos e danos.

O **Comitê de Ética em Pesquisa da Univates** (COEP/Univates) é um colegiado multiprofissional, de caráter consultivo, deliberativo e educativo. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade e auxiliar os pesquisadores no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos, reconhecendo as pesquisas como eticamente adequadas.

De acordo com a Resolução CNS 196/1996, devem ser apresentados ao Comitê de Ética em Pesquisa todos os projetos de pesquisa, de qualquer área de conhecimento, que envolvam seres humanos, de forma direta ou indireta, sejam eles indivíduos ou coletividades, cuja participação na pesquisa dependa da autonomia de decisão dos sujeitos envolvidos e da previsão e aceitação dos seus riscos e benefícios. Acrescenta-se a isso a condição referente à exigência de privacidade e confidencialidade no manuseio de informações ou materiais desses sujeitos.

Caso o pesquisador pretenda investigar temas relacionados a seres humanos e a tratamentos experimentais em animais (Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008, que trata de procedimentos para uso científico de animais e seu decreto regulamentador 6.899, de 15/07/2009), é importante que entre em contato, com boa antecedência em relação aos prazos do projeto de pesquisa, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Univates: coep@univates.br ou acesse a página do Comitê no site da Univates pelo endereço eletrônico: <www.univates.br/coep>, para obter mais informações, pois há prazos para encaminhamento dos projetos a serem analisados.

Importante referir, ainda, que as revistas científicas exigem cópia do documento de autorização para a publicação do estudo com seres humanos, ou descrição detalhada sobre o processo de aprovação de como os participantes foram esclarecidos sobre o estudo. O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (TCLE) deve seguir as recomendações da Resolução 196/1996 do CNS, possuindo, dentre outros, os seguintes dados: título do estudo, objetivos, esclarecimentos sobre a possibilidade de o participante desistir de integrar o grupo de investigados a qualquer momento da pesquisa, identificação dos pesquisadores, garantia do sigilo dos sujeitos envolvidos, explicação sobre as formas de utilização dos dados coletados, descrição das formas de ressarcimento das despesas e de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Mais detalhes no endereço eletrônico do Comitê de Ética em Pesquisa da Univates, descrito no parágrafo anterior.